



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
LICENCIATURA EM PLENA HISTÓRIA

TIAGO DE SOUSA CARVALHO RODRIGUES

**A BATALHA DO JENIPAPO NO PIAUÍ E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL:
HISTÓRIA, MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E ARTICULAÇÕES**

Picos - Pi

2023

TIAGO DE SOUSA CARVALHO RODRIGUES

**A BATALHA DO JENIPAPO NO PIAUÍ E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL:
HISTÓRIA, MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E ARTICULAÇÕES**

Trabalho de conclusão do curso de História da Universidade Federal do Piauí, apresentado como requisito para obtenção do título de licenciado em História, sob a orientação do Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

Picos - Pi
2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

R696b Rodrigues, Tiago de Sousa Carvalho

A Batalha do Jenipapo no Piauí e a Independência do Brasil : história, memória, resistência e articulações [recurso eletrônico] / Tiago de Sousa Carvalho Rodrigues - 2023.

45 f.

1 Arquivo em PDF

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-CSHNB
Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Licenciatura Plena em História, Picos, 2023.

“Orientador: Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro”

1. História do Piauí. 2. Batalha do Jenipapo. 3. Independência do Piauí. 4. Piauí - identidade. I. Monteiro, Francisco Gleison da Costa. II. Título.

CDD 981.22

TIAGO DE SOUSA CARVALHO RODRIGUES

**A BATALHA DO JENIPAPO NO PIAUÍ E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL:
HISTÓRIA, MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E ARTICULAÇÕES**

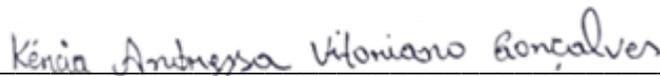
Trabalho de conclusão do curso de História da Universidade Federal do Piauí, apresentado como requisito para obtenção do título de licenciado em História, sob a orientação do Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

Picos – PI, 23 de Agosto de 2023.

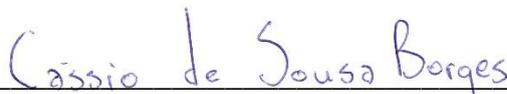
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro. Orientador
Universidade Federal do Piauí – UFPI



Profa. Ms. Kécia Andressa Vitoriano Gonçalves
(Examinadora)
Universidade Federal do Piauí – UFPI



Prof. Ms. Cássio de Sousa Borges
(Examinador)
Universidade Federal do Piauí - UFPI

PICOS-PI

2023

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que estiveram ao meu lado nesta jornada de aprendizado e crescimento. Primeiramente, agradecendo a Deus por me conceder o dom da vida e sabedoria que me guiou ao longo deste curso com retidão e compromisso.

Aos meus pais, Ana de Sousa Carvalho Costa e Francisco Rodrigues da Costa, pelo incentivo, apoio e amor durante toda a minha vida vocês não apenas me ensinaram a acreditar em um sonho, mas também fizeram dele uma realidade, sempre priorizando meus estudos e me poupando de outras responsabilidades para que eu pudesse trilhar meu caminho acadêmico. Minha eterna gratidão, vocês são minha base.

A minha irmã, Taianne de Sousa Carvalho Rodrigues e minha namorada Ariadne Shayra Pacheco Oliveira, pelo o apoio e incentivo que me motivou a persistir mesmo quando as dificuldades insuperáveis. Suas crenças em mim foi um farol e me fazer acreditar que era possível, mesmo quando eu queria desistir.

Aos amigos que caminharam comigo ao longo desta trajetória acadêmica, em especial a Adriel Brener, Thiago Marivaldo, Joaquim Vitor e João, quero destacar o valor inestimável do companheirismo que compartilhamos. Juntos, enfrentamos dias felizes e desafiadores na Universidade Federal do Piauí, e cada lembrança permanecerá eternamente gravada em minha memória.

Não posso deixar de mencionar meus professores, verdadeiros pilares da minha formação. A cada um de vocês, expressei meu profundo agradecimento pelo ensino dedicado e pela colaboração constante ao longo da minha jornada acadêmica. Em particular, quero reconhecer Gleison Monteiro, meu orientador, pela orientação, paciência e apoio que me ajudou.

A todos que, de uma maneira ou de outra, admiram minha formação e crescimento, meu sincero obrigado. Seja na forma de ensinamentos, palavras de encorajamento, amizade ou amor, cada gesto deixou uma marca profunda em meu coração. Que este momento de agradecimento seja o reflexo do profundo respeito e reconhecimento que sinto por cada um de vocês.

Quer saber, nasce no Piauí pra tu ver mais cedo ou mais
„tarde vai acontecer.

Whindersson Nunes

RESUMO

A proposta deste trabalho é produzir um estudo bibliográfico de acordo com os trabalhos dos autores Johny Santana, Abdias Neves, Juliana Cavalcante entre outros acerca da Batalha do Jenipapo, corrida na cidade de Campo Maior (PI) em 1823. Na ocasião em que a independência do Brasil foi proclamada às margens do rio Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, e o território brasileiro se encontrava fragmentado tanto devido às distâncias geográficas. Aproveitando-se da falta de coesão no país, Portugal urdiu um plano com o intuito de manter uma parcela do Brasil sob regime colonial de restabelecer o domínio português na província do Piauí Também discute a importância da preservação da memória e do patrimônio cultural imaterial da batalha, ao longo dos duzentos anos destacando a contribuição de narradores e romeiros para manter viva essa tradição. Discutindo os caminhos para que essa história possa ser contada e valorizada, como a inclusão da história da batalha nos currículos escolares, a preservação dos monumentos, e as realizações de estudos acadêmicos para preencher as lacunas existentes e ampliar o conhecimento sobre esse evento histórico.

Palavras chaves: Batalha do Jenipapo; Independência do Brasil; Piauí; Identidade.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	09
1. MEMORIAS DA SANGRENTA BATALHA DO JENIPAPO E A CONTRIBUIÇÃO PARA A INDEPENDÊNCIA DO PIAUÍ	12
1.1 A Construção da memória em torno da Batalha do Jenipapo	12
1.2 A memória social da batalha do Jenipapo com base nas obras dos autores: Neves (2006) e Calvacante (2015).....	18
2. OS 200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA: A TRANSFORMAÇÃO DA MEMÓRIA E OS CAMINHOS PARA RESIGNIFICAÇÃO DA BATALHA DO JENIPAPO	22
2.1 Da história reescrita à história pela oralidade no cenário atual da historiografia.....	24
2.2 Os monumentos e a disseminação da história	35
2.3 A metamorfose da memória.....	39
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	45

Introdução

Difícilmente encontramos, nos livros didáticos de história, assuntos que versem sobre a Batalha do Jenipapo e isso influencia, portanto, na falta de conhecimento sobre essa temática por parte da maioria dos brasileiros e até mesmo dos próprios piauienses. Esse fato pode ser desvelado, por exemplo, através dos conhecimentos do próprio pesquisador deste estudo, que, durante sua vida estudantil, na educação básica, não havia ouvido falar sobre essa batalha, fato que só veio a mudar depois de ter ingressado no curso superior de licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), porém, antes disso, tal fato histórico era desconhecido pelo pesquisador.

A justificativa, portanto, para a escolha desse tema é dada, inicialmente, ao fato de buscarmos ampliar as discussões teóricas e históricas voltadas para a importância da Batalha do Jenipapo para a independência não só do Piauí, mas do Brasil como um todo. Com isso, o que despertou interesse para desenvolver um trabalho voltado para esse tema foi a carência de estudos e conhecimento que temos sobre o assunto e também sobre a própria independência, assuntos que são de grande importância para a história do Piauí e do Brasil.

Desse modo, esse estudo é relevante por buscar trazer ampliações acerca do tema em questão, fazendo, assim, com que outros pesquisadores possam ter uma melhor compreensão sobre a Batalha do Jenipapo. Além disso, esperamos trazer contribuições científicas e históricas para os estudos voltados para esse tema, assim como também buscamos, através desse trabalho, instigar outras pessoas a realizarem pesquisas voltadas para o tema e para a área em questão.

Além disso, destaco aqui o interesse particular do pesquisador deste estudo pela batalha do jenipapo, que surgiu por meio de uma apresentação de seminário que aconteceu na disciplina de História do Piauí I, com o professor Francisco Gleison da Costa Monteiro, ministrada no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Campus de Picos/PI. Para o pesquisador, esse era um assunto “novo”, pois assim como muitos piauienses, não possuía conhecimento acerca dessa parte da história. E, a partir da apresentação do seminário, foi despertado esse interesse particular pela temática em questão e, por isso, foi decidido que esse seria o tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

As primeiras pesquisas da bibliográfica acerca da temática deste estudo

começaram, primeiramente, por meio de artigos encontrados no Google Acadêmico e logo depois na biblioteca da UFPI de Picos-PI, onde ocorreram os primeiros contatos do pesquisador com alguns dos autores que são utilizados neste estudo como forma de embasamento teórico-histórico: Odilon Nunes, Johny Santana, Abdias Neves, dentre outros.

Com base nessas pesquisas feitas inicialmente, o interesse em pesquisar sobre a Batalha do Jenipapo foi aumentando cada vez mais, pois, tal batalha é um fato histórico que contribuiu para a formação histórica e de independência do Brasil e que foi de grande importância para a independência do Piauí também. Além disso, como já foi dito, ainda é um fato histórico pouco conhecido por grande parte da população.

Sendo assim, além de outras questões, buscamos, por meio desse estudo, discutir e repensar os fatos históricos que se desenrolaram a partir dos acontecimentos provocados pela Declaração de Independência do Brasil, feita por D. Pedro I às margens do Ipiranga e lembrar que a região que hoje forma os estados do Piauí, Maranhão e Pará foram os alvos da tentativa de invasão de Portugal.

Dito isso, procuramos, neste trabalho, dialogar com estudos de pesquisadores como CARVALHO (2016), que indica que a Batalha do Jenipapo ocorreu no ano de 1823, no estado do Piauí, mas especificamente, na cidade de Campo Maior-PI. Porém, apesar disso, notamos que ainda há a necessidade de desenvolvermos estudos científicos que versem sobre essa temática tão relevante para a cultura piauiense. Desse modo, o tema desse estudo encontra-se voltado para a importância da Batalha do Jenipapo para a independência do Piauí e do Brasil. O título do trabalho é “A Batalha Do Jenipapo No Piauí e a Independência Do Brasil: História, Memória, Resistência E Articulações”. Este trabalho objetiva, portanto, destacar a importância dessa batalha para o desenvolvimento da independência e da história piauiense. O trabalho contará a história da batalha, buscando destacar as nuances da guerra e a forma como os autores abordaram o tema.

Em relação à problemática da pesquisa, observa-se que, apesar desse tema ser relevante e existirem trabalhos anteriores que abordam tal temática, ainda há uma necessidade de desenvolvimento de outros estudos voltados para a Batalha do Jenipapo para que, a partir disso, ocorra uma ampliação dos conhecimentos acerca dessa guerra. Sendo assim, o problema de pesquisa está pautado, principalmente, nas seguintes perguntas: Qual a importância da Batalha do Jenipapo

para a independência do Piauí e o desenvolvimento da história piauiense? Quais as principais consequências dessa batalha para a história do Piauí?

Com base nessa premissa, o propósito central desta pesquisa consiste em realizar uma análise embasada em pesquisa bibliográfica sobre o símbolo da Batalha do Jenipapo no contexto da independência do Piauí e no progresso da narrativa histórica da região. Além disso, esta pesquisa busca atingir os seguintes objetivos específicos: identificar as principais consequências dessa Batalha do Jenipapo colaborou para a independência não só do Piauí, mas como um todo; Valorizar a cultura e as tradições locais relacionadas à Batalha do Jenipapo, e estimular a reflexão crítica sobre o papel da memória histórica na construção da identidade nacional.

Quanto à abordagem metodológica, é possível afirmar de forma concisa que este estudo se fundamenta em uma metodologia de pesquisa de natureza bibliográfica. Através dessa abordagem, conduzimos as discussões históricas e bibliográficas presentes neste trabalho, ancorando-nos em bases teóricas e históricas fornecidas por autores destacados acima que são de renome nacional.

Vale ressaltar que, em um primeiro momento, a concepção original para conduzir esta pesquisa envolveu uma visita à cidade de Campo Maior, com o propósito de aprofundar-se nas informações históricas concernentes à Batalha do Jenipapo. Entretanto, informo que, devido a desafios financeiros e à limitação de tempo decorrente de outras obrigações, a viagem até a cidade de Campo Maior não foi possível, optou-se por realizar esse estudo de cunho bibliográfico. Dividido em dois capítulos.

Capítulo I. Memórias da Sangrenta Batalha do Jenipapo e Contribuição para a Independência do Piauí está dividido em dois tópicos:

1.1. A Construção da memória em torno da Batalha do Jenipapo

1.2. A memória social da batalha do Jenipapo com base nas obras do Neves (2006) e Calvacante (2015)

O objetivo deste capítulo é discutir a importância da memória da batalha do Jenipapo e a sua contribuição para o processo de independência do Piauí. A memória da batalha do Jenipapo foi construída ao longo do tempo, a partir de diferentes fontes, como documentos históricos, relatos orais e obras literárias.

Os primeiros relatos da batalha foram escritos por militares portugueses. No entanto, com o passar do tempo, a memória da batalha passou a ser construída a

partir de uma perspectiva mais favorável aos brasileiros. Isso ocorreu, em parte, devido à publicação de obras literárias que celebravam a coragem e o patriotismo dos piauienses.

A memória social da batalha do Jenipapo é construída a partir da interação entre diferentes atores sociais, como historiadores, intelectuais, artistas e o público em geral. No Piauí, a batalha do Jenipapo é um evento histórico que ocupa um lugar importante na memória coletiva. A batalha é celebrada em livros, filmes, monumentos e outras manifestações culturais.

As análises apresentadas neste capítulo mostram que a memória da batalha é um processo complexo que se constrói ao longo do tempo, a partir de diferentes perspectivas.

Enquanto o capítulo II. Os 200 Anos da Independência: A Transformação da Memória e os Caminhos para Resignificação da Batalha do Jenipapo, será trabalhado em três tópicos: 2.1 Da história reescrita à história pela oralidade no cenário atual da historiografia 2.2 Os monumentos e a disseminação da história; 2.3 A metamorfose da memória. A partir de alguns autores, as questões que cercam a construção dessa memória ao longo dos últimos duzentos anos, destacando o que foi feito e quais os caminhos que podem ser traçados para que essa história possa ser contada e valorizada. Para isso, fizemos uso também das entrevistas orais presentes no trabalho de campo das pesquisadoras Maria Dione Carvalho de Moraes e Juliana Rodrigues Cavalcante, intitulado “Memória social da Batalha do Jenipapo: trilhas e enredos patrimoniais em Campo Maior (PI)”, publicado em 2011.

1. MEMÓRIAS DA SANGRENTA BATALHA DO JENIPAPO E A CONTRIBUIÇÃO PARA A INDEPENDÊNCIA DO PIAUÍ

1.1 A Construção da memória em torno da Batalha do Jenipapo.

A Batalha do Jenipapo foi um importante evento na história do Piauí e do Brasil, tendo ocorrido em 13 de março de 1823, em Campo Maior, região central do estado. Esse conflito, que envolveu a luta pela independência do Brasil e a resistência dos piauienses contra o domínio português, teve consequências significativas para a história, memória, resistência e articulações da região, bem

como para a formação da identidade do povo piauiense, homens que lutaram bravamente contra as forças portuguesas e foram responsáveis pela vitória das forças brasileiras.

Jacques Le Goff, 1990, na obra “História e Memória”, nos fala que a memória seletiva é um conjunto de funções mentais que temos do passado, incluindo fixação, preservação, memória e reconhecimento de eventos. Um conjunto de elementos culturais, sociais e históricos que constituem uma referência coletiva para uma nação ser lembrada.

O ato de narrar proporciona melhor assimilação, ou seja, retifica a memória completa inserida na língua e na memória, preserva o passado e presente por meio de documentos e monumentos. As memórias estão inseridas em contextos familiar, social, nacional e histórico e formam os elementos fundamentais da identidade, do autoconhecimento de um grupo de pessoas.

Estas questões levantadas podem explicar o trágico confronto da guerra de independência batizado de Batalha do Jenipapo, com referência ao nome do rio cujas margens, portugueses e nordestinos, batalharam durante o dia, batalha em que houve grandes baixas, principalmente da parte dos brasileiros (segundo os dados históricos e as narrativas orais), que era um exército composto por vaqueiros, roceiros, adolescentes e mulheres. Por esses motivos, a Assembleia Legislativa do Estado aprovou em 2006 a data “13 de março de 1823, Dia da Batalha do Jenipapo” na bandeira do Piauí sob a Lei Estadual 5.507. acredita-se que a independência nas regiões norte a deriu ao império do Brasil. Acredita-se que a independência nas regiões norte¹ aderiu ao império do Brasil depois que já estava seguro na região Sul do país essa aderência. A independência, nessas regiões, foi construída ao custo de muito sangue e sofrimento.

No Piauí, cuja consolidação da Independência foi marcada por uma violenta ação militar para expulsão dos portugueses, foi necessário contar com a participação dos grupos populares que, em grande parte, foram seduzidos pelo discurso nacionalista, encabeçado por libertador. Uma parcela significativa das elites, a fim de constituir um verdadeiro exército, ou seja, foi imperativo se construir um discurso de nacionalidade para que a população pobre pudesse compor um exército patriota. (ARAÚJO, 2015, p.30)

Diferente do quadro financeiro atual, o Piauí em 1821, era considerado bom, devido uma grande atividade agropecuária e crescia muito. Uma das mais

¹ Referenciamos; Norte, mesmo estando explicando uma região centrada no eixo nordestino (Piauí) pois até então no início do século XIX, não existia o conceito divisório entre, norte e nordeste

importantes que ganhava destaque era a criação de gado, que abastecia o mercado do Maranhão, Ceará e Bahia. E grandes partes da renda das numerosas fazendas de gado do Piauí iam parar nos cofres da coroa portuguesa. O dinheiro que sobrava para o Piauí era usado com atividades militares.

No decorrer do processo de independência houve dificuldades para a consolidação e manutenção do processo de separação de Portugal, fato revelado pela guerra e pela necessidade de deslocamento para o norte do ainda reino unido do Brasil de considerável quantidade de forças militares, para expulsar os portugueses e garantir a adesão de algumas províncias, cujas elites políticas e econômicas não reconheciam um novo governo livre de Portugal, fato que se aplica mais especificadamente ao Maranhão e ao Pará, sobretudo por conta dos fortes elos comerciais iniciados ainda na época da Companhia de Comércio do Grão Pará-Maranhão. (ARAUJO, 2015. p,30)

A independência proclamada em 7 de setembro de 1822, não teve um alcance na região Norte/Nordeste. Portugal pretendia segurar essas regiões como suas colônias. Com rumores liberais dos piauienses, a coroa portuguesa mandou para o Piauí o oficial competente João José da Cunha que já havia guerreado com tropas napoleônicas, Fidié chega à Oeiras² 30 dias antes para o 7 de setembro, no dia 08 de agosto de 1822. E tinha como missão garantir os interesses diretos do rei de Portugal que era exprimir fidelidade ao soberano João VI. Segundo Carlos Eugênio Porto, na obra Roteiros do Piauí, 1974.

“Os sucessos de 7 de setembro repercutiram profundamente no Piauí. Sob o comando de João Cândido de Deus e Silva, Simplício Dias da Silva, José Ferreira Meireles, Bernardo Antônio Saraiva e Joaquim Timóteo de Brito, levanta-se em Parnaíba um movimento de adesão ao príncipe D. Pedro, que acabara de rebelar-se contra Portugal” (PORTO, 1974. p,14)

Com a declaração de adesão ocorrida em Parnaíba, o major Fidié parte de Oeiras à Parnaíba a uma distância com mais de 600 km acompanhado de um exército com mais de 1000 homens e deixando Oeiras praticamente desprotegida. Aproveitando a ausência do major Fidié, o Manoel de Sousa Martins mais conhecido como visconde de Parnaíba decretou em 24 de Janeiro de 1823, Oeiras, independente, proclamando a adesão do Piauí à independência do Brasil. Informado do acontecido em Oeiras, Fidié tacha os piauienses de traidores de Portugal e em 01 de março de 1823, com seu exército bem armado e treinado, parte de Parnaíba em direção a Oeiras para lá restabelecer o poder de Portugal

Foi a partir desse momento que tudo começou a se encaminhar para um dos mais importantes conflitos para consolidação da independência do nosso Piauí, A

² Na época, Oeiras era a capital da Província do Piauí.

Batalha do Jenipapo. Dia 13 de março de 1823 foi à data que ficou marcado na história do Piauí, e do Brasil, como uma das batalhas mais sangrentas no período da independência, a Batalha do Jenipapo, ocorrida na antiga vila de campo maior, às margens do rio Jenipapo, local em que aconteceu esse sangrento combate de cidadãos do sertão contra os interesses portugueses.

Esse embate entre os portugueses e a massiva população sertaneja, uniu piauienses, cearenses e maranhenses a fim de expulsar do Piauí o poder português, sobre o comando do Major João José da Cunha Fidié, que havia sido enviado pelo rei de Portugal Dom João VI para garantir a manutenção do sistema colonial e impedir que a independência se consolide. Foram mais de 2.000 sertanejos, de todas as classes sociais, desde fazendeiros a oficiais, militares, vaqueiros, lavradores, artesãos, escravos e roceiros, todos unidos formando uma multidão de voluntários armados, a grande maioria com armas simples, instrumentos do trabalho utilizados na roça e nas caçadas:

As poucas espingardas tinham sido distribuídas aos cearenses. Os piauienses, êstes conduziam velhas espadas, facões, chuços, machados, foices. De nada valia, contudo, para êles, a falta de armas, tão sugestionados iam com a certeza do triunfo. Ninguém pensava aliás na possibilidade de morrer. Todos sonhavam a glória do regresso à vila conduzindo algemado o chefe do exército à frente da turbamulta sem fim dos prisioneiros. (CHAVES, 1998, p.152)

Vale ressaltar que, mesmo não havendo muitas citações sobre a participação feminina, foi também algo muito importante para tal batalha ter acontecido. Até mesmo João Cândido de Deus e Silva, juiz de fora e intelectual da época, reverenciou a participação feminina como um dos pontos importantes para a batalha do Jenipapo:

As próprias mulheres não ficavam indiferentes: mandavam os maridos, os filhos, os irmãos para a guerra e a fim de que levassem munições e armas. Vendiam as joias, se nada mais tinham a vender. A mulher piauiense mostrou, nessa ocasião, a grande fortaleza, o ânimo varonil de lendárias heroínas. Foi inexcedível de amor pelo triunfo completo da Independência que a abraçara, desde as primeiras proclamações. (DEPUTADOS, 2014, p.37)

Como podemos ver, a participação das mulheres foi muito importante para o aumento da força do exército sertanejo, as mulheres do Piauí entraram em ação, embora não tenham participado diretamente nas lutas, elas fizeram o que puderam para ajudar as tropas. Elas coletavam alimentos e materiais para as tropas, através de arrecadação de fundos para recrutar combatentes para servir na luta contra o experiente Major João Fidié e seus homens. Essa atitude das mulheres do Piauí não

foi só fundamental para o resultado da luta, mas também mostrou que elas não estavam dispostas a ficar de fora de um assunto tão importante para a região.

Elas mostraram que eram capazes de contribuir para uma causa e que, mesmo não sendo parte direta das lutas, podiam ajudar de diversas outras formas. Com isso, podemos ver que a participação das mulheres foi extremamente importante para o aumento da força do exército sertanejo e para o resultado da luta. Elas mostraram que estavam prontas para contribuir para o bem maior, mesmo que não diretamente nas lutas.

O embate, às margens do rio Jenipapo, foi terrível e brutal, lutas armadas de corpo a corpo, das 9 horas da manhã às 2 horas da tarde, sem nenhum tipo de interrupção, essa batalha foi marcada por cenas de extrema violência, com combatentes degolados, luta corporal bastante violenta, sertanejos sendo pisoteados pelos cavalos das tropas de Fidié, feridos se 13 contorcendo de dor e mortos espalhados por todo campo de batalha, foram 5h de intensa luta.

Ao final da batalha, não havia dúvidas, as tropas portuguesas saíram vitoriosas da batalha, mas cometeram um grave erro de achar que a guerra havia acabado. Após o combate do Jenipapo, um dos grupos de sertanejos, que haviam batido em retirada, encontrou-se com um acampamento do Major Fidié, que ali tinha deixado nas proximidades, e fizeram um assalto surpresa ao acampamento militar de Fidié, sem nenhum soldado, eles se apoderaram dos armamentos, das munições, do dinheiro e da bagagem do comandante português. Deixando toda a tropa do major debilitada.

O que impediu o major Fidié de seguir com as suas tropas para a capital Oeiras. Com isso uma coisa estava patente: o comandante português vencera aquela batalha, mas havia perdido a guerra. Nesse sentido, é perceptível que esses sujeitos estavam dispostos a lutar por melhorias e interesses individuais. Estiveram dispostos a enfrentar, com paus, pedras, picaretas e foices, um exército infinitamente mais preparado; armado com canhões, rifles e possuindo experiência e treinamento de combate. Estiveram dispostos, por conta desses fatores, a morrerem pela causa que acreditavam.

Logo, nesse contexto, o comandante Fidié decide não retornar a Oeiras, capital da província, onde inclusive já se desenrolava movimentos de independência, que estaria atribuído justamente aos acontecimentos às margens do Jenipapo. Nesse sentido, o general acreditava que a população estaria alicerçada em um

sentimento nacionalista de independência fervoroso e muito forte, semelhante aos indivíduos da Vila de Campo Maior.

Levando em consideração o contexto em questão, Fidié se dirige ao Maranhão, onde a coroa ainda teria um apoio considerável. Monsenhor Joaquim Chaves, em seu livro “Obras Completas”, ao qual trata desses momentos posteriores a batalha, vai relatar que a Vila de Campo Maior, após o momento em que o Fidié, retira-se e parte para o Maranhão, onde inclusive, vai ser capturado por tropas também piauienses e enviado a Portugal.

Por outro ponto o Juiz de Fora José Marques Freire No documento, o Juiz vai evidenciar uma série de fatores problemáticos. São eles, por exemplo: a falta de suprimentos, a falta de um cirurgião para tratar aqueles que se feriram na batalha, que por sua vez encontrava-se em precárias condições de saúde por conta dos ferimentos e o fato de muitos acabarem por morrer devido a essas ocasiões. Além disso, cita também a falta de liderança pública; todos os administradores políticos do local que teriam se evadido a essa altura, sobrando, dessa maneira, apenas o juiz e um vereador. Por fim, referente a estes episódios pós-batalha, evidenciamos mais uma vez a relevância desse evento.

E acreditamos, dessa maneira, que o principal fator foi o receio que a batalha causou a Portugal, a Fidié e as suas tropas. E é justamente esse fator que vai ser responsável por mudar os rumos da história do Piauí e do Brasil. A simplicidade da vida no campo, do trabalho com o gado, agilidade, coragem e honra, fazem parte do Piauí, enfim, parte de sua tradição, luta e resistência, como a Batalha do Jenipapo, que mais tarde se tornou popular. Registre-se, de forma positiva, como o motivo de orgulho pela bravura dos homens simples da vila de Campo Maior e arredores, mesmo diante da pobreza e das ferramentas rústicas de guerra (antigas espingardas, foices, enxadas).

Muitas pessoas perderam a vida no confronto. Sobre esse assunto, observei que na maioria dos relatos históricos esse evento e seus participantes são descritos como heróis valentes e patrióticos. Portanto, além de celebrar a façanha histórica da Batalha do Jenipapo, os intelectuais precisam construir e legitimar os heróis dessa guerra, pois eles representaram o ponto de referência da identidade coletiva dos habitantes do Piauí.

No entanto, desde o final do século XIX, até meados do século XX, a historiografia local apenas transmitiu nomes de figuras da elite como: Manuel de

Sousa Martins, Leonard das Dores Castelo Branco Lourenço de Araújo Barbosa, Simplício Dias da Silva João Cândido de Deus e Silva, figuras de destaque nas áreas militar, econômica e administrativa do estado do Piauí.

Os anônimos que lutaram até a morte não são identificados. Muitos foram simplesmente jogados fora ou levados, não sabemos se foram 200 ou 400. Não temos certeza de quantos. Muitos permanecem anônimos. Há também memórias sociais das elites políticas nos diversos discursos construídos. Os mortos são listados a lutar, mas eles nem sabem o que é liberdade e independência. Eles enfatizaram que houve uma apropriação, principalmente pelas elites políticas locais. Chamaram homens simples e os incitaram a ir à guerra sem armas poderosas, como fez o exército de Fidié.

O povo lutou com as armas e a coragem que possuía. Com tudo que ressaltamos até aqui, não há de se negar como a batalha do Jenipapo foi algo importantíssimo para consolidar o território que hoje conhecemos como Piauí, mas, infelizmente essa história, essa data, não se encontra tão presente no conhecimento popular, pois quase nada é ensinado sobre a história do Piauí em escolas da região, nos livros didático, pouco é referenciado como o processo de Independência ocorreu aqui no estado do Piauí.

Com isso, fica a dúvida: por que não ensinam sobre a batalha do jenipapo nas escolas? Ao nosso ver, isso ocorre porque provavelmente não é do interesse do governo que a população perceba seu poder de mudar a história. Isso traz uma tristeza enorme, por saber que algo tão importante para representar o que somos hoje não é internalizado na nossa educação, fazendo com que muitos não saibam nem da existência de tal acontecimento.

1.2 A memória social da batalha do Jenipapo com base nas obras dos autores: Neves (2006) e Calvacante (2015)

Abdias Neves é um exemplo de piauiense que direciona seu brilhantismo intelectual para contribuir na criação de uma narrativa histórica que habilmente entrelaçou as vivências dos habitantes do Piauí na complexa trama da formação da identidade nacional brasileira, utilizando as experiências vividas como base para construir sua narrativa historiográfica; promovendo assim o orgulho piauiense e a identidade do estado.

Abdias Neves (19 de novembro de 1876 - 28 de agosto de 1928) foi um escritor, político e advogado brasileiro. Ele nasceu em Teresina, Piauí, e estudou direito na Faculdade de Direito do Recife. Depois de se formar, Neves trabalhou como advogado no Piauí, e também se envolveu na política. Ele foi eleito senador pelo Piauí em 1915 e ocupou o cargo até sua morte em 1928.

Neves foi um prolífico escritor que publicou vários livros de ficção e não-ficção. Uma de suas obras mais famosas é a "A Guerra do Fidié" é um romance histórico que conta a história da Batalha do Jenipapo, que ocorreu em 13 de março de 1823, na atual cidade de Campo Maior, no Piauí.

O livro é dividido em três partes. A primeira parte trata da história do Piauí antes da Independência do Brasil. A segunda parte conta a história da Batalha do Jenipapo desde a chegada das tropas portuguesas ao Piauí até a batalha final. A terceira parte trata das consequências da batalha, tanto para o Piauí quanto para o Brasil.

O livro é escrito em um estilo narrativo e é rico em detalhes sobre a batalha e seus participantes. Neves também faz uma análise política da batalha, e mostra como ela foi importante para a consolidação da Independência do Brasil. O livro "A Guerra do Fidié", de Abdias Neves, é uma importante contribuição para a preservação da memória social da Batalha do Jenipapo. O livro conta a história da batalha em detalhes, e também discute o impacto da batalha na formação do Piauí.

Juliana Rodrigues Cavalcante, atualmente, é professora de sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, com mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí e graduação em Ciências Sociais pela mesma universidade. Ela tem experiência em sociologia e antropologia, com ênfase em estudos de direitos culturais, direito à memória, identidades, patrimônio cultural, territorialidades e desenvolvimento, além de ser coordenadora do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas do Instituto Federal do Maranhão. Essas informações foram obtidas através do seu próprio currículo na Plataforma Lattes do CNPq.r

Cavalcante é uma grande pesquisadora e produtora de trabalhos científicos que envolvem a questão da memória da Batalha do Jenipapo. Dito isso, escolhemos uma de suas obras para podermos dissertar neste tópico. O artigo a ser analisado, aqui, é o texto que tem como título o seguinte: "Memória social da Batalha do Jenipapo: Narradores/as e romeiro/as e o direito à memória e à educação

patrimonial no sertão do Piauí", que foi apresentado por Juliana Rodrigues Cavalcante na V Reunião Equatorial de Antropologia, realizada em Maceió e publicado em 2015 nos anais do evento.

O trabalho buscou abordar a diversidade cultural dentro de uma memória social em face do reconhecimento de uma política pública de preservação do patrimônio cultural da Batalha do Jenipapo, ocorrida em 13 de março de 1823. Cavalcante (2015), através de uma abordagem antropológica social, discute questões relativas à memória da Batalha do Jenipapo e como essa memória é mantida e compartilhada por meio dos narradores e romeiros, assim como também é discutido como os patrimônios material e imaterial são importantes para preservar e valorizar a história piauiense.

De acordo com a autora, o acesso à memória e à história local, por exemplo, é de suma importância para a formação identitária de um povo e para despertar a consciência crítica da sociedade. (CAVALCANTE, 2015). Através dos posicionamentos e discussões feitos pela autora nesse trabalho, percebemos a importância da memória e do patrimônio cultural material e imaterial para a construção da identidade coletiva e a necessidade de políticas públicas que possam ajudar a contribuir para a valorização e preservação dos patrimônios históricos da região.

Como vimos, a autora destaca também a relevância do acesso à memória e à história local para a formação da identidade e da consciência crítica dos indivíduos e das comunidades, que pode ser desenvolvida com base na memória social. Em relação à construção desta memória social, Cavalcante afirma que.

Aponta para novas práticas políticas e diversos lugares de memória trazidos pela tradição oral através de narradores/as diversos, em suas inserções sociais de gênero e geração. E o/as próprio/as narradores e narradoras podem ser pensados teoricamente como lugares de memória. Além disto, no processo pelo qual histórias e práticas sociais são (re)construídas na tradição oral, torna-se importante verificar como essa tradição oral interpela às novas gerações e como é percebido este patrimônio cultural. (CAVALCANTE, 2015, p. 14)

Nesse sentido, percebemos que a autora analisa a narrativa e a memória da Batalha do Jenipapo a partir do relato de narradores/as e romeiro/as que mantêm viva a tradição da batalha, destacando a importância desses sujeitos sociais para a preservação da memória e do patrimônio cultural imaterial. Cavalcante (2015), em seu trabalho, analisa, de maneira detalhada, as narrativas dos entrevistados, destacando as diferentes perspectivas e representações da Batalha do Jenipapo.

Além disso, percebemos o destaque que ela dá para a importância da tradição oral e da religiosidade popular na construção da memória social, bem como discute o papel da educação patrimonial na preservação e difusão da história piauiense.

Abdias Neves e Juliana Rodrigues Cavalcante são figuras notáveis que desempenharam papéis importantes na preservação e promoção da memória da Batalha do Jenipapo e, por extensão, da identidade do povo piauiense. Neves, por meio de sua obra "A Guerra do Fidié", e Cavalcante, com seu estudo "Memória social da Batalha do Jenipapo: Narradores/as e romeiro/as e o direito à memória e à educação patrimonial no sertão do Piauí", destacam a importância da tradição oral, da religiosidade popular e da educação patrimonial na construção e preservação da memória coletiva.

Esse fato acaba contribuindo também para a difusão da história do Piauí. Ressaltamos que os autores possuem outros trabalhos que também discutem, por meio de outros vieses, a memória da Batalha do Jenipapo. Dito isso, optamos por destacar somente o livro "Aguerra do Fidié" e o artigo "Memória social da Batalha do Jenipapo: Narradores/as e romeiro/as e o direito à memória e à educação patrimonial no sertão do Piauí", que foi umas das poucas estudos relacionados ao tema encontrados na internet.

Ao entrelaçar narrativas históricas com experiências vívidas, Neves criou uma obra envolvente que não apenas documentou a Batalha do Jenipapo, mas também enriqueceu a compreensão da identidade piauiense e sua relevância para o Brasil como um todo. Por outro lado, Cavalcante expandiu essa narrativa ao explorar as diversas perspectivas e representações da batalha por meio dos relatos dos narradores e romeiros, ressaltando a importância vital desses indivíduos na preservação da memória social.

Ambos os trabalhos destacam a necessidade crucial de valorizar e preservar o patrimônio cultural e imaterial, não apenas como um exercício acadêmico, mas também como uma forma de fortalecer a identidade cultural e a consciência crítica da sociedade. Ao fazer isso, eles não apenas desenvolveram para a difusão da história do Piauí, mas também promoveram o orgulho piauiense, solidificando assim a identidade do estado no contexto mais amplo do Brasil.

2. OS 200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA: A TRANSFORMAÇÃO DA MEMÓRIA E OS CAMINHOS PARA RESIGNIFICAÇÃO DA BATALHA DO JENIPAPO

No ano de 2022, comemorou-se os 200 anos da independência do Brasil. Tal momento marcou a história do País e, além disso, influenciou em vários aspectos a América Latina como um todo. Esse bicentenário é uma boa oportunidade para que possamos aprimorar mais discussões e pesquisas científicas que englobam a história da independência do país e como ela foi e é ainda nos dias de hoje, representada de uma forma problemática.

O Brasil, para além da independência, tem um percurso histórico marcado por diversos acontecimentos que traumatizaram a população no passado e que, infelizmente, ainda refletem na sociedade atual, como, por exemplo, a escravidão e a ditadura militar. Tais acontecimentos históricos marcaram fortemente o processo de desenvolvimento do Brasil, como é o caso também da Batalha do Jenipapo.

Reforçamos, com base nisso, que os 200 anos da independência do Brasil, comemorado no ano passado. Equivale a lembrar que alguns acontecimentos históricos foram muito importantes para que esse processo de independência acontecesse, como foi o caso da Batalha do Jenipapo. Podemos observar tal relevância através do artigo "A Batalha do Jenipapo e Sua Importância para a Independência do Brasil", publicado na Revista Direito Militar, em 2015, e que tem como autoria Zethe Viana Machado.

A autora apresenta, em sua referida obra, a importância histórica da Batalha do Jenipapo na luta pela independência do Brasil. Machado (2015) reflete sobre a participação do povo piauiense na batalha contra as tropas portuguesas e destaca a importância simbólica deste evento para a construção da identidade nacional brasileira.

Sobre isso, a autora destaca que.

A batalha do Jenipapo é considerada uma das mais importantes e emblemáticas batalhas ocorridas no Brasil em prol da independência, que foi conquistada em 7 de setembro de 1822, mas que só foi reconhecida em 1825, 19 com a assinatura do Tratado de Amizade e Aliança entre Brasil e Portugal" (MACHADO, 2015, p. 7)

Percebemos, assim, que, de fato, a Batalha do Jenipapo, contribuiu significativamente para o processo de independência do Brasil. Ainda de acordo com Machado (2015), "A batalha do Jenipapo foi uma importante contribuição para a construção da identidade nacional brasileira, na medida em que reforçou a ideia de

que o povo brasileiro era capaz de se unir e lutar por uma causa comum" (p. 11). Mesmo que essa união não tivesse nenhum cunho nacionalista (coisa que só seria pensada alguns anos depois), afinal o que os unia era se diferenciar do português, um sentimento cultivado pela elite local que queria manter de todas as formas seu modo de produção escravista, utilizando, assim, de todos os meios possíveis para alcançar o resultado.

Nesse caso o discurso do inimigo comum, ferramenta responsável por unir roceiros, trabalhadores livres, vaqueiros, enfim, boa parte da população mais pobre que estava à mercê do sistema de apadrinhamento, além, claro, de indígenas, africanos e outras tropas dos estados aliados, foi um elemento fundamental para levar essas pessoas à guerra e expulsar os portugueses do norte do Brasil.

Dessa forma, a batalha foi de fato algo muito importante, assim como outras que aconteceram nesse período, inclusive em regiões bem próximas, mas o fato é que esses acontecimentos não foram construídos como algo importante.

Aliás, pode-se se dizer que foram esquecidos propositalmente na construção de nossa história, que dá muito mais valor a narrativa "portuguesa" que centra todo o sucesso da construção da nacionalidade na figura de Dom Pedro I, considerado o responsável pela independência do Brasil ao supostamente gritar qualquer coisa à margem de um rio.

Uma visão muito pacífica da independência política do Brasil, algo que talvez tenha sido construído com intuito de mostrar uma suposta força da nova nação que, mesmo declarando independência, não sofreu uma investida de sua antiga metrópole devido, talvez, a sua grandeza.

Além disso, é notável também que, por se tratar da história de um estado tão renegado pelos governos desse país, a batalha do Jenipapo se tornou um acontecimento encoberto pela construção da história, e não só da história da nação como um todo, que tende sempre a privilegiar o eixo sul.

Renegado não só pelo governo como um todo, mas também pelos governos do próprio estado do Piauí, que nunca se preocuparam de fato em propagandear as memórias de seu povo, coisa que, quando feita, foi sempre mal articulada ou desenvolvida parcialmente, o que sinaliza que o trabalho ainda está muito longe de ser de fato consolidado, principalmente quando vemos que o povo piauiense não conhece a história de seu estado.

Portanto, a construção de uma nacionalidade nova que retrate a história de um povo invisibilizado, de um estado que só é lembrado quando se fala em seca e de uma independência repleta de conflitos e derramamento de sangue é um exercício extremamente necessário para a valorização da memória de um povo que foi posto em anonimato pela história, o que faz, ao mesmo tempo, com que a nossa própria história seja reescrita.

É à luz desses 200 anos de independência que buscamos pensar como a história da batalha foi pensada no passado e como é pensada no presente, comparando o que tem sido feito com o que pode ainda ser feito para que essa história ganhe a devida visibilidade nos livros, nos veículos de comunicação, enfim, na história nacional, não ficando presa somente à história de uma cidade, no caso Campo Maior, ou ao estado do Piauí. O que inclusive ainda está longe de acontecer, tendo em vista que o acontecimento é pouco conhecido até dentro do próprio estado.

2.1 Da história reescrita à história pela oralidade no cenário atual da historiografia.

No decorrer das próximas linhas é discutido as abordagens de autores que falam sobre a Batalha do Jenipapo. Veremos como alguns deles trabalham com esse tema a partir de diferentes perspectivas, seja através da reescrita da história escrita, da história documental, ou por meio de um texto que tenha um enfoque maior na experiência da oralidade, entrevistando pessoas que tiveram contato com outras pessoas que contaram a história, ou mesmo com pessoas que acabaram de descobrir a existência da Batalha do Jenipapo.

Veremos como cada autor foca em certos elementos da narrativa histórica, desconstruindo mitos sobre o evento e seu contexto e nos fazendo refletir sobre como é possível mudar o cenário da narrativa que nos é passada desde que nascemos.

Em termos de importância, um dos principais historiadores que hoje escreve sobre a batalha do Jenipapo é o professor doutor Johny Santana de Araújo, que fez bacharelado e graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI),

Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pós doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Hoje membro titular do Departamento de História (DH), é também docente do Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB), além de fazer parte também do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). O professor tem, entre seus principais temas de interesse, a formação do estado nação, a história militar, a história das forças armadas do século XIX ao XXI e, dentre esses temas, é possível observar um primoroso trabalho a respeito da história da batalha do Jenipapo.

Entre os principais artigos do autor sobre o tema tem-se “*O Piauí no Processo de independência: contribuição para construção do império em 1823*”, de 2015, e “*O Piauí e a construção da unidade territorial do Império pós-Independência, 1823-1824*”, de 2020, trabalhos em que é utilizado principalmente o aporte teórico e historiográfico para pensar as causas e a importância do evento para a história do Brasil e para a construção da nação.

Entre os principais pontos defendidos pelo autor estão a ideia de que não existia no momento da independência uma unidade de pensamento entre as províncias, a noção de que o único sentimento de união era a aversão aos portugueses e, por parte da elite, a vontade de continuar com o modo de produção escravista. Nesse sentido, ele enxerga que todo esse processo não foi por si só o nascimento do nacionalismo, mas sim a construção em torno de feitos, mesmo que de menor expressão, de figuras consideradas importantes, como o imperador Dom Pedro I.

Nesse ínterim, os trabalhos do Johny Santana nos mostra que acontecimentos de grande importância aconteceram principalmente no norte, como é caso da Batalha do Jenipapo, e que esses acontecimentos só não se tornaram conhecidos por conta da forma como a historiografia tratou de invisibilizar certos atores e regiões que foram sim de grande importância para o processo de independência. Assim como afirma o historiador.

Por outro lado, para a unidade do nascente Império, foi necessário também cooptar nos meios populares forças para garantir, por meio das armas, a expulsão dos portugueses e a consolidação da independência. Nesse ponto, o Piauí, tanto quanto a Bahia é exemplo cabal. (ARAÚJO, 2020, p.73)

Ou seja, para que a independência fosse algo possível o apoio dos populares foi extremamente necessário, afinal, não existia naquele momento muitos soldados

treinados de fato para um combate, grande maioria do exército inclusive era composto por sujeitos das camadas mais baixas que quase nada sabiam sobre táticas da guerra (sujeitos que eram recrutados muitas vezes às pressas). Dessa maneira, toda ajuda era de suma importância para manter distante os portugueses, que possuíam soldados muito bem treinados e um expressivo poder de artilharia.

Assim Jhony Santana nos mostra que o Piauí era uma província muito disputada por causa de sua localização que tornava possível uma comunicação privilegiada entre as duas partes do império (o território, para os portugueses na verdade era visto como duas colônias diferentes), nesse sentido, a Batalha do Jenipapo foi um acontecimento grandioso por possibilitar a manutenção do território que hoje conhecemos como Brasil. Uma verdadeira batalha em que a esperteza de um povo garantiu que saíssem vitoriosos da guerra, mesmo com a derrota no campo de batalha.

Seguindo um caminho um pouco diferente temos ainda como exemplo a professora, já citada acima, Juliana Rodrigues Cavalcante, que escreveu dois artigos muito importantes sobre as memórias da Batalha do Jenipapo em conjunto com a também professora Maria Dione Carvalho de Moraes, “*Da tradição oral da Batalha do Jenipapo e dos diálogos com a política nacional de patrimônio imaterial*”, de 2011, e “*Memória social da Batalha do Jenipapo: trilhas e enredos patrimoniais em Campo Maior (PI)*”, de 2011.

Em ambos os textos as autoras trabalham tanto com a história escrita nas fontes documentais quanto nas fontes orais, entretanto, a ênfase maior do estudo se dá sobre a última, pois elas partem do ponto que é a tradição oral uma das grandes responsáveis por termos a possibilidade de revisitar a história dessa tão importante batalha. Assim como é notório no seguinte trecho:

Compreendemos que a memória é construída socialmente, a partir das referências de um determinado grupo social, como memória coletiva, sem estar isolada ou fechada a influências do meio. Como afirma Godoi (1999), a função social da memória não lembrar e advertir não é unir o começo ao fim, ligando o que foi e o porvir, ou seja, a memória do passado se constitui no presente com projeção para o futuro (MORAES, 2000). (CAVALCANTE; MORAES, 2011, p.49).

O que elas defendem é que a história oral se mistura com a história escrita, formando um grande mosaico que se apresenta como uma memória coletiva que é constantemente refeita através do tempo, fugindo diversas vezes dos discursos positivistas presentes em muitos documentos tidos como oficiais, o que, inclusive,

torna a memória uma excelente ferramenta de construção de uma memória popular que vai muito além das narrativas mestras.

No que tange ao debate sobre o que foi escrito a respeito da Batalha do Jenipapo, em seu artigo “*Da tradição oral da Batalha do Jenipapo e dos diálogos com a política nacional de patrimônio imaterial*”, de 2011, de forma breve, nos reafirmam a ideia de que havia, da parte da população mais pobre, uma grande dependência para com os donos de terra e que ali existia o material humano ideal para qualquer revolução, a insatisfação.

Aliás, o burburinho da independência já tinha bastante força, as ideias de independência não eram estranhas à província. Entretanto, as autoras nos mostram alguns detalhes que outros escritores mais contemporâneos não têm destacado: o motivo da despreocupação de Fidiè, que mesmo enfrentando um inimigo reforçado por seus aliados, não chegou a cogitar o pedido de reforços ao Maranhão ou ao Pará.

Tivesse o governador [Fidiè] acessado o Piauí pelas bandas do Ceará, Pernambuco, ou ainda a Bahia, teria chamuscado seus pés em chamas de revolucionarismo. Pelo Maranhão foi bafejado pelo incenso que lhe sopravam os irmãos de Portugal, sem desconfiar que pisava em chão orno de rebeldia, sendo o da ilha-capital azulejada, mas certamente o do continente expandido aos sertões (FONSECA NETO, 2010, p. 48) (grifo nosso).(CAVALCANTE; MORAES, 2011, p.52)

Assim sendo, as autoras apontam para o descuido do governador Fidiè (comandante enviado para tentar manter o norte fiel a Portugal), que, por ter feito conexões mais diretas com territórios fiéis ao império português, no caso o Maranhão, acabou por ter a falsa sensação de tranquilidade.

No geral elas apontam que Fidiè imaginava que era necessário apenas um pouco de esforço para controlar a província que era tida como fronteira entre os dois territórios. O que inclusive faz muito sentido quando percebemos que o governador vai de um lado a outro sempre no intuito de abafar os principais focos como se fosse o suficiente para manter a província sob o domínio português. Isso sem falar do descuido com as bagagens que o fez perder a guerra.

Ainda no mesmo artigo, após abordar as problemáticas que envolvem a história escrita sobre a Batalha do Jenipapo, Juliana Rodrigues e Maria Dione, nos chamam a atenção para a necessidade de se pensar a importância da relação que a memória oral estabelece com todos os outros fragmentos da memória.

Um pressuposto inicial da existência de uma memória subterrânea aponta para possibilidades de apreender, nas narrativas orais sobre o passado,

marcadores identitários e virtualidades de patrimonializar o oficial de uma memória que se reelabora nas reverbera entre o oral, o escrito e o inscrito. (CAVALCANTE; MORAES, 2011, p.54)

Partindo do entendimento que a memória social é polissêmica e que ela está diretamente relacionada aos signos e significantes, as autoras direcionam o pensamento do leitor para pensar, através dos relatos de moradores e representantes da cidade, a forma como a história oral resiste ao tempo (muitas vezes se reelaborando de uma forma completamente inesperada). Em outras palavras, nos faz refletir sobre a relevância da cultura imaterial, que, inclusive, é uma percepção muito recente que veio a se transformar em lei um pouco antes dos anos 2000, quando o conceito de patrimônio foi ampliado.

Em seu outro texto “*Memória social da Batalha do Jenipapo: trilhas e enredos patrimoniais em Campo Maior (PI)*”, publicado pela revista Ciências Sociais Unisinos em 2011, elas discutem de forma mais profunda a relação entre história oral e memória na cidade de Campo Maior, local da batalha. Assim como em seu outro texto, começa falando um pouco sobre a tradição escrita da batalha que, segundo elas, é algo que é discutido principalmente por escritores nativos do estado.

Dessa maneira os registros dessa batalha sangrenta seguiram os fios do que eles chamam de piauiensidade³, uma relação narrativa que tende a ser retraída em função do abandono oficial e do isolamento geográfico, como bem nos mostra Gleison Monteiro (2016). Fatores que estão diretamente ligados também à própria inoperância do governo do estado que, mesmo tendo tentado, digamos assim, amenizar esse problema, que pouco foi feito, ainda, para disseminar os feitos da Batalha do Jenipapo.

E, para salientar todas essas questões que envolvem a história oral da batalha do Jenipapo, Maria Dione Carvalho de Moraes e Juliana Rodrigues Cavalcante trazem alguns relatos como o seguinte:

Então, a nossa história foi contada toda desmantelada [...] Na verdade, essa história da Batalha do Jenipapo ela foi apagada por cento e oitenta [180] anos. Só no governo do Lula e do Wellington Dias que essa história está sendo bem divulgada e está sendo esclarecida. Hoje, o Brasil inteiro sabe que a Independência do Brasil foi em Campo Maior que aconteceu. Trinta [30] anos atrás, ninguém podia falar nesses termos porque se falasse era ameaçado de cadeia por causa do bendito acordo que foi feito na época. Eu luto com essa história desde mil novecentos e setenta [1970], perguntando a

³ Piauiensidade é um termo que se refere ao sentimento de pertencimento ao Piauí. É um estado de espírito que caracteriza os piauienses e que é expresso por meio de valores, costumes e tradições. A piauiensidade é construída ao longo do tempo, a partir da experiência de viver no Piauí. Ela é influenciada por fatores históricos, culturais e geográficos.

A e bê [B], como foi e como não foi. Em mil novecentos e setenta [1970] eu conversava com gente que tinha cento e cinco [105] anos de idade, lúcido, contando direitinho, essa pessoa nasceu no mesmo século da Batalha ao vivo, então essa história que essa pessoa me disse, essa história é verdadeira, mas ninguém podia expor ela para uma pessoa que era metido a rico, porque ele imediatamente ameaçava a gente. O nosso rei foi Dom Pedro, que foi quem gritou a Independência no dia sete de setembro de mil oitocentos e vinte dois [1822], ninguém podia contestar contra ele, porque ele deu o grito de Independência no dia sete de setembro de mil oitocentos e vinte e dois. Mas naquele dia os portugueses não se entregaram. Aqui sim, houve uma guerra sangrenta, houve ganhador, houve um perdedor, as duas partes. Então, aqui, sim, foi feita justiça (Antônio Miranda, Campo Maior) duas partes. Então, aqui, sim, foi feita justiça (Antônio Miranda, Campo Maior). (CAVALCANTE; MORAES, 2011, p.236-237)

Perceba que o relato oral apresentado demarca alguns pontos interessantes sobre a forma como a Batalha do Jenipapo foi contada ao longo dos anos pela historiografia. Como visto acima, o entrevistado afirma que a batalha foi propositalmente esquecida por 180 anos, até alguns anos atrás, e que era perigoso contestar a história tida como verdade absoluta, a narrativa tranquila da história. O que nos faz perceber o perigo de uma história única e também o preconceito arraigado em certas narrativas que preferem apagar um lugar ao invés de contar sua história, ou, nesse caso, até mesmo deixar que a contém.

Um ponto também importante sobre esse apagamento diz respeito ao número de mortos da Batalha do Jenipapo, que, ao contrário do que diz a narrativa “oficial”, que se preocupava mais com os fatos imediatos, tende a ser muito maior, conforme nos mostra o seguinte entrevistado do artigo:

Aqui, faz muitos anos, desde mil novecentos e sessenta [1960] que eu conheço essa história das almas da Batalha do Jenipapo. Em mil novecentos e sessenta (1960) aqui era só um matagal doido! Tinha cruz em todo o campo, espalhada em todo canto, porque no dia da Batalha do Jenipapo quem morreu foi enterrado onde ele estava morto! [...] Passando dois anos morrendo gente e esse pessoal, realmente, ele morria lá e vinha ser enterrado aqui. Durante dois anos, o dia que morria menos, morria quatro pessoas. Por isso, é que eu chamo aquelas placas [de] do acordo. É porque lá [placas fixadas nas paredes do monumento] mostra que morria duzentos a quatrocentos pessoas e não corresponde com a realidade. Aqui, morreram mais de duas mil pessoas porque durante dois anos, morrendo [pelo] menos quatro pessoas [em] um dia pelo outro... Some dois anos para ver quanto dá! No dia da Batalha morreram menos de mil pessoas. Na revista veja na edição de junho de dois mil e quatro [2004] mostrou que seiscentos e trinta e duas pessoas [632] morreram no dia treze de março. Mesmo que tenha sido só essas seiscentos e trinta e duas, conte os que morreram durante os dois anos! Se ele foi ferido, não tinha médico, não tinha hospital, tinha os curandeiros, mas não foi suficiente para tratar dessas pessoas. Então, eles foram morrendo. Tudo foi consequência da Batalha do Jenipapo! (Antônio Miranda, zelador do Monumento aos Heróis do Jenipapo, Campo Maior, 2006). (CAVALCANTE; MORAES, 2011, p.238-239)

Reparem que o relato nos apresenta um outro ângulo da Batalha do Jenipapo que a história escrita por muitos anos se negou a contar, os desdobramentos dessa guerra. Desdobramentos que não faziam sentido serem analisados criticamente pela história, afinal ela não se preocupava com isso, seu objetivo era apenas repassar informações (informações bem duvidosas inclusive, pois considerando que a batalha durou 5 horas é difícil imaginar que somente 19 portugueses tenham morrido). Justamente o contrário da oralidade que, de sujeito para sujeito, não deixou morrer os desdobramentos da guerra presente na boca desses homens e mulheres que repercutem essas histórias até os dias de hoje.

É justamente isso que as autoras mais enfatizam ao longo de seus escritos (mesma que de forma tímida, pois muitas vezes durante o texto não aprofundam a discussão), que essa narrativa, que enaltece o lado português, principalmente Dom Pedro, foi algo estrategicamente criado para perpetuar um sentido da história que visava silenciar todos os outros acontecimentos que mostrassem um outro lado da narrativa historiográfica. Um silenciamento brutal que calou quase tudo, a não ser alguns homens que trataram de passar isso de geração a geração.

Além dessa entrevista, elas também conseguiram falar com o senhor Francisco de Paulo da Silva, diretor da Universidade Estadual do Piauí, Campus Heróis do Jenipapo, de Campo Maior. O sentido dessa conversa foi um pouco diferente da anterior, falar sobre a necessidade de se produzir cada vez mais trabalhos para que a história seja devidamente conhecida e reconhecida, para que o estado possa fazer cada vez mais investimentos para promover a história da batalha.

Outra escritora que escreve sobre a Batalha do Jenipapo é Maria do Amparo Alves, atualmente professora adjunta da Universidade Federal do Piauí. Autora que possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), além de doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2014).

Entretanto, suas experiências se concentram muito mais na área de Arqueologia, principalmente em Arqueologia Histórica, atuando nos seguintes temas: guerra e conflitos, arqueologia em campo de Batalha e cultura material.

No que concerne ao seu artigo “*A Batalha do Jenipapo no Contexto das Lutas pela Emancipação Política no Norte do Brasil*”, publicado pela revista da UFPI em

2016, é visível que ela segue uma linha mais documental da análise da história, abordando pontos que outros escritores apenas discutem por alto.

Além de debater questões já levantadas por outros autores, inclusive os citados acima, ela vai além ao trazer para a discussão os detalhes sobre os guerreiros piauienses que participaram da Batalha do Jenipapo. Em sua análise ela nos mostra que a maioria, como era de se imaginar, era de populares, pobres, trabalhadores das fazendas do Piauí, que se uniram a militares e lideranças políticas; todos inflados pelos discursos emancipacionistas das elites que queriam se ver livres da presença portuguesa.

A autora nos chama a atenção principalmente para os mestiços, os negros e os nativos que foram convocados e participaram ativamente da batalha, inclusive sem o devido armamento, tendo que, em sua maioria, utilizar as ferramentas de trabalho, facões, machados e foices, entre outras coisas, enquanto os indígenas utilizaram principalmente flechas.

Outro detalhe que a autora salienta é a pouca noção de combate dessas tropas, que, além de mal armadas, foram também ao campo de batalha sem quase nenhum conhecimento bélico. Muitos inclusive não sabiam sequer manusear uma arma de fogo, o que de certa forma também ocorria com boa parte do exército brasileiro no geral.

Fora isso, Maria do Amparo Alves evidencia o conturbado contexto português que passava por uma crise dinástica, a chamada Revolução do porto que, além de pedir a volta de Dom Pedro, exigia também que o Brasil voltasse a ser colônia, desejo que inclusive se faz tentativa com o envio de Fidié ao norte, para a província do Piauí que, mesmo tendo certa autonomia, ainda estava muito ligado ao Maranhão.

Enfim, assim como Johny Santana de Araújo, ela enfatiza a importância do Piauí como uma poderosa rota de comércio e informações que ligava o norte ao sul e nos mostra detalhadamente como ocorreu as coisas após a saída do governador Fidié, inclusive a negociação do pagamento do exército cearense que atuou no combate.

Outra autora que escreve sobre o ocorrido é Rayanne Gabrielle da Silva, Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e especialista em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Possui também Graduação em Administração pelo Centro Universitário

Internacional (UNINTER) e é atualmente professora da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte.

O texto em questão da professora é denominado de “*O Processo de Independência do Brasil na Bahia e no Piauí: Guerra, Resistência e Vitória (1822-1823)*”, texto publicado em 2017 pela revista da UFPI. No trabalho a autora direciona nosso olhar para algumas questões específicas, como o mito da passividade da independência, a falsa ideia de que a luta pela independência foi feita com base em um sentimento nacionalista e a noção de que as províncias não participaram dessas batalhas pela independência como uma forma de tentar manter a unidade do império.

Sobre a ideia da passividade que perpetuar ao longo do tempo sobre a independência do Brasil Rayanne Gabrielle nos diz o seguinte:

Por muitos anos, difundiu-se a falsa crença, principalmente nos livros didáticos de História, de que o processo de independência do Brasil limitou-se a pouquíssimos personagens expressivos, a uma aceitação unânime e pacífica da transição de reino colonial para império pelas províncias distribuídas no vasto território e a outorga, em 1824, da primeira Constituição do novo Estado emergente nas Américas, atrás de diversos países, já seguidores da ordem democrática e presidencialista. (SILVA, 2017, p.62)

Da mesma forma que alguns outros textos citados acima, é enfatizado que a independência não foi algo pacífico que ocorreu da noite para o dia, muito menos algo que partiu de poucos personagens, como o imperador e Tiradentes, figura que foi transformada em um símbolo martirizado da independência do Brasil.

Outra questão destacada é o poder das províncias, diferente daquilo que é pregado por boa parte dos livros de história, esses territórios não agiam a mando do império, elas tinham sua própria vontade, operando em consonância com as vontades do império ou totalmente contra, pensando exclusivamente em seus interesses, na sua própria independência.

Sendo assim, infundada a afirmação de que as províncias aderiram ao movimento da independência tão somente por obediência ao império e por causa de um ideário de nação, o que, até aquele momento, não havia sido inventado. Assim como reafirma a autora:

As guerras de independência do Brasil refletiram duas visões antagônicas, porém complementares: apesar da distância geográfica e relacional entre as regiões do país, elas souberam se unir para atingir o objetivo em comum de se libertar da ocupação portuguesa. Questiona-se a verdadeira intencionalidade das províncias, afinal, não era no império em formação que elas pensavam, mas sim em manter a si mesmas livres como pertencentes

ao seu próprio território, independentes para tomar suas próprias decisões. É errôneo pensar que existia uma ideia de nação, algo construído ao custo de guerras internas e externas ao longo do período imperial. As províncias, como observado no estudo acima, decidiram por si mesmas quanto a aderir ou não a ousadia de D. Pedro e de seus partidários, não sendo forçadas em momento algum a fazer parte do grande projeto trabalhado pelos rebeldes contra Portugal. (SILVA, 2017, p.76)

Por fim, é de suma relevância a discussão sobre a participação da população que era desprezada pela elite colonial, mas que, para vencer as guerras de independência, teve de ser acionada.

Conforme explica Araújo (s.d., p. 15), a concepção lusitana do soldado-cidadão trouxe consigo o desprezo pelas populações negras, mestiças e de cor, cujas tropas formadas por esses homens inferiores “[...] deveriam ser simplesmente desmobilizadas e substituídas pelo verdadeiro exército moderno [...]”, algo impossível de se conseguir em um território onde, há mais de 300 anos, a mestiçagem entre os diferentes povos tornou-o singular perante as demais nações. O próprio ministro Bonifácio, ao abrir o alistamento amplo de soldados e marinheiros, incluía tanto nacionais quanto estrangeiros, e entre os primeiros buscava o engajamento das comunidades indígenas como aliadas da causa independentista, uma tática comum durante os primeiros anos de colonização (ANJOS, 2007, p. 263). (SILVA, 2017, p.66)

Negros, mestiços, roceiros, vaqueiros, mercenários e indígenas, são esses os principais responsáveis pelo êxito, além claro, da participação feminina, como foi explanado no capítulo anterior. Os exércitos formados por esses sujeitos, principalmente esses montados às pressas para garantir a hegemonia das províncias frente aos portugueses, eram compostos por sujeitos que tinham muito mais coragem do que treinamento, talvez a ideia de se livrar da presença portuguesa fosse tido como uma oportunidade de subir na escala social ou de ao menos aliviar o sofrimento.

Ao longo desse texto, como também dos outros abordados aqui, talvez ainda falte trabalhar certos aspectos em torno da presença da mão de obra africana, e também indígena, o que me parece pouco explorado, até mesmo em número, por exemplo, se alguns escravos, ou mesmo agregados foram obrigados a participar dessas batalhas, o que eles recebiam em troca, ou o que as pessoas que as enviava recebia? Hipóteses que acredito serem viáveis se considerarmos o período em questão. Destarte, vejo que pensar nesses detalhes pode nos fazer ir ainda mais além na discussão.

Ao longo desse tópico discutimos as ideias de autores como Johny Santana de Araújo, em seus dois textos “*O Piauí no Processo de independência: contribuição para construção do império em 1823*” e “*O Piauí e a construção da unidade territorial do Império pós-Independência, 1823-1824*”, juntamente com Juliana Rodrigues Cavalcante e Maria Dione Carvalho de Moraes, com os artigos “*Da tradição oral da Batalha do Jenipapo e dos diálogos com a política nacional de património imaterial*” e “*Memória social da Batalha do Jenipapo: trilhas e enredos patrimoniais em Campo Maior (PI)*”.

E também o texto “*A Batalha do Jenipapo no Contexto das Lutas pela Emancipação Política no Norte do Brasil*” Maria do Amparo Alves e o artigo autora Rayanne Gabrielle da Silva intitulado “*O Processo de Independência do Brasil na Bahia e no Piauí: Guerra, Resistência e Vitória (1822-1823)*”. Todos eles textos curtos que se propõem a pensar a Batalha do Jenipapo e seu contexto através de fontes documentais, bibliográficas e orais, documentos esses que eram o foco deste tópico.

Pensar a escrita histórica por meio desses autores é refletir diretamente sobre como a Batalha do Jenipapo é vista nos dias de hoje. Os 200 anos do ocorrido são marcados, no geral, por 180 anos de silenciamento, o que não pode ser deixado de lado, é necessário lembrarmos que essa história passou a ser mais divulgada a pouco mais de 20 anos, sendo só nos últimos 10 anos de forma mais massiva.

Ou seja, um período de tempo extremamente curto e que tem muito mais para ser feito. Mesmo que o tema pareça, para alguns, ser algo amplamente discutido, é possível dizer com certo grau de certeza que não, é impossível em tão pouco tempo que esse acontecimento tenha o número de trabalhos escritos que se equipare a lacuna temporal. Ainda existe muito a ser estudado, exemplo é a forma como esse silenciamento foi sendo promovido ao longo desses longos 180 anos.

Entre as ideias discutidas podemos ver que uma boa parte dos que se propõe a escrever sobre essa batalha ainda utilizam principalmente fontes escritas sobre o acontecido para pensar as questões latentes à batalha, enquanto isso, alguns historiadores estão começando a tratar do tema a partir de outros meios, como é o caso da história oral.

É notório que em pouco tempo os estudos sobre o tema podem mudar de configuração, considerando o crescente interesse que a história oral tem despertado nos últimos, principalmente devido a sua ampla gama de possibilidades.

Quanto aos principais pontos de contato entre os pensamentos dos autores pode-se depreender que alguns assuntos são recorrentes, como a ideia de que a noção que temos de patriotismo, o sentimento de pertencimento a uma nação chamada Brasil, foi algo construído depois da luta pela independência; também é muito levantada a ideia de que a memória da Batalha do Jenipapo foi por muito tempo renegada, recaindo sobre ela uma tentativa de apagamento, pois a narrativa apresentava um sentido contrário daquela disseminada pela história dita oficial.

2.2 Os monumentos e a disseminação da história

Aproveitando o recente centenário da Batalha do Jenipapo, que ocorreu em 2022, um dos debates mais marcantes é a respeito dos monumentos da batalha. Como sabemos, os monumentos estabelecem uma relação diversa com o meio, muitas vezes inesperada, mas na maioria das vezes funcionam como um símbolo de poder, produzidos com o intuito de repassar uma certa versão da história.

É com base nisso que vamos discutir algumas questões como a quantidade de monumentos da Batalha do Jenipapo, o que esses monumentos transmitem ao espectador, a desvalorização dos monumentos, o turismo e os significados presentes nessas construções.

Dentre os artigos produzidos sobre esse tema temos como exemplo o texto “*A Importância do “Monumento da Batalha do Jenipapo” para o Desenvolvimento do Turismo Cultural em Campo Maior/PI*”, Trabalho escrito em 2012 por Luis Fernando Oliveira Silva, Graduado em Turismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Bruno Tiago da Silva Pereira, Graduado em Turismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e André Riani Costa Perinotto, Graduado em Turismo pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Rio Claro) e Doutor em Ciências da Comunicação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

No artigo em questão eles se propõem a discutir como tornar o monumento da Batalha do Jenipapo o principal fator turístico de Campo Maior e a fazer uma pesquisa, através de entrevistas e questionários, para desvendar as possibilidades de desenvolvimento do turismo cultural na cidade. O primeiro ponto que eles desenvolvem ao longo do artigo é o apagamento da história que se traduz como desvalorização.

A desvalorização fica mais evidente quando, somente depois de 100 anos, a primeira homenagem simbólica é realizada aos combatentes, que foi a construção de um simples obelisco e uma limpeza nos túmulos dos combatentes. Segundo Neto (2006, p. 65): Em 1923, por ocasião do centenário da batalha, o prefeito de Campo Maior, Luís Rodrigues de Miranda (Major Lula), mandou construir um rústico obelisco e delinear com pedras as sepulturas dos combatentes que tombaram pelo Ideal de Independência e de liberdade. (SILVA; PEREIRA; PERINOTTO, 2012, p.93)

Conforme explanado acima, a primeira homenagem feita aos combatentes ocorreu somente 100 anos depois do acontecido, de forma bem simples, quase como a revitalização de um espaço público abandonado, sendo assim, uma homenagem simbólica que pouco exaltava o feito. A segunda homenagem foi realizada no ano de 1974 pelo governador Alberto Silva, essa sim um pouco mais vistosa e com um objetivo mais expresso, exaltar o feito daqueles homens (pelo menos em tese seria isso).

Entretanto, a coisa não passou disso, pois, como afirmam os autores ao longo do texto, muitas pessoas sequer sabem o que é o monumento e muitos turistas que passam por aquele lugar apenas acham a estátua interessante.

O que os autores mais chamam atenção durante o texto é para o fato de não existir uma preocupação com o turismo naquela região, o que se configura também como uma forma de apagamento dos monumentos, pois a não utilização desses pontos turísticos do estado desvaloriza a grandeza da batalha que, mesmo presente nesses documentos, não é transmitida da forma que deveria. Dessa forma, a ausência de turismo e de propaganda do estado como um todo, não só de Campo Maior, acaba por encobrir uma história que merece ser disseminada.

Dando continuidade ao trabalho, retomamos as discussões apresentadas por Maria Dione Carvalho de Moraes e Juliana Rodrigues Cavalcante em seu texto "*Memória social da Batalha do Jenipapo: trilhas e enredos patrimoniais em Campo Maior (PI)*", nele as autoras buscam pensar também a forma como a história oral está relacionada diretamente com os monumentos, como podemos ver logo em uma de suas primeiras afirmações:

No entanto, privilegiamos, aqui, dimensões da memória social da Batalha, sobretudo, presentes na tradição oral e em signos e símbolos tangíveis, como uma paisagem textual no imaginário social em Campo Maior: Monumento aos "Heróis do Jenipapo", Cemitério das "Almas do Batalhão", estabelecimentos de ensino, comerciais, logradouros públicos, dentre outros, na relação com a tradição oral (Vansina, 1982; Alberti, 2005; Godoi, 1999).(CAVALCANTE; MORAES, 2011, p.234)

Logo de praxe, elas nos afirmam que esses monumentos estão diretamente relacionados à história oral, os nomes dos monumentos, das praças, escolas, pontes, estradas, bairros, ruas, estabelecimentos, instituições, eventos, enfim, tudo que é possível nomear.

Todos eles estão ligados a uma tradição oral de valorização do lugar, uma narrativa que em sua maior parte se estabelece como local, configurando todo o entorno sob o signo desse elemento, tornando assim o evento significativo para seus moradores, o que vem acontecendo principalmente em um cenário recente.

Continuando a discussão, Dione Carvalho e Juliana Rodrigues nos falam sobre os monumentos da Batalha do Jenipapo e o seu entorno, refletindo um pouco sobre a pouca valorização desses lugares:

Quem transita pela BR 316 encontra a 7 km da sede do município de Campo Maior, em direção ao município de Parnaíba, norte do estado, a seguinte inscrição: “Batalha do Jenipapo, Berço da Independência” (Figura 1) em uma placa na forma de espingardas estilizadas, cruzando-se sobre a pista, em direção ao céu. Esta inscrição, datada de 2006, gestão do governo estadual Wellington Dias, é indicativa do sítio da Batalha, onde se encontra o Monumento aos Heróis do Jenipapo (Figura 2), construído, na década de 1970, no governo Médici, na gestão estadual de Alberto Silva, com recursos provenientes do governo federal. Na construção, em concreto, uma sala de proporções modestas abriga peças de armamentos “da época”, exemplares de mobiliário, vestimentas e utensílios rústicos, sem maiores cuidados estéticos de exposição ou catalogação. Apenas dois funcionários: um misto de recepcionista e zelador, e um segurança. Há um livro de assinaturas para visitantes. Da parte externa superior do monumento acessada por uma escadaria, avista-se o riacho Jenipapo, que dá nome à Batalha. (CAVALCANTE; MORAES, 2011, p.234)

O que elas nos dizem aqui, além de falar um pouco sobre o lugar, é que os monumentos estão ali como se eles por si só fossem a explicação de algo. O fato de existir um cenário que chama um pouco a atenção com algumas placas, inscrições em pedra e um pequeno museu não significa que a história da Batalha do Jenipapo seja valorizada.

O que elas tentam nos mostrar ao longo do texto é que esse cenário é justamente o contrário de uma valorização, a ausência de guias, funcionários, investimento, turismo se traduzem como perpetuação de um apagamento histórico. É como se os monumentos fossem feitos simplesmente para dizer que foram feitos, como uma forma de autopromover uma gestão política, não existe uma preocupação em contar e difundir a história, até mesmo porque isso não é visto como investimento.

Outro aspecto levantado por elas ao longo do trabalho diz respeito ao que esses monumentos transmitem, segundo elas, tomando como exemplo o “Cemitério das Almas do Batalhão”, uma das impressões que esse monumento transmite, em conjunto com a narrativa, é a de que tanto o vencedor quanto o vencido são ilustrados, o que é inclusive contestável se pararmos para pensar que o monumento quase não apresenta os guerreiros piauienses.

Dando continuidade aos questionamentos é refletido também, a partir dos relatos orais de alguns entrevistados, sobre a intencionalidade presente nesses monumentos e a visão histórica retratada, como vemos no seguinte segmento:

Na minha visão foi muito interessante porque a história é falada mais nos portugueses deixando de lado o vaqueiro. Não se vê no monumento o vaqueiro, só os canhões. O vaqueiro está lá no fundo do monumento: morto no cemitério do qual, se você prestar atenção, todo túmulo tem um pau d'arco. Mas não sei por que o cemitério fica lá no fundo do monumento. O vaqueiro aqui na cidade já é mais visto nas praças e também no mercado central da cidade através de umas pinturas de azulejo, e por causa também que aqui tem muito vaqueiro bom tocador de boi dos quais estes hoje são as almas que curam e estes mesmos vaqueiros, que só foram com machados, foices e facões que lutaram pela independência sofreram, sabiam, eu acho, que iam perder essa batalha, mas foram mesmo assim. A luta foi injusta, mas eles perderam a batalha, mas venceram a guerra. E também as mulheres, figura importante nessa batalha, ninguém fala muito (Zé Didor, Campo Maior). (CAVALCANTE; MORAES, 2011, p.240)

O que a fala desse entrevistado mostra é a ausência dos próprios piauienses que participaram da batalha no monumento e a predominância do elemento português em algo que devia enfatizar o feito dos apagados da história.

Até mesmo os canhões terem mais destaque que os vaqueiros e pobres do Piauí, o que nos faz perceber que o monumento dá certo privilégio a força bélica, dando assim quase nenhum enfoque ao feito desses homens que foram à guerra contra a presença portuguesa.

Pode-se perceber que essa é uma visão predominantemente tradicionalista da história. Como indica a fala entrevistado do artigo, Zé Dinor, em outras artes presentes na cidade, que também buscam representar essa batalha, é muito mais nítida a exaltação das figuras piauienses que participaram do acontecido, como é o caso do vaqueiro, sendo assim, existe uma grande disparidade de representações entre os monumentos construídos pelo povo e os feitos pelo governo, que quase não representam a história contada pelo próprio povo.

Portanto, vemos que mesmo que existam esses monumentos eles não necessariamente valorizam aquilo que foram feitos para valorizar. Nesse sentido, é

preciso pensar inclusive na construção de outros monumentos que mostrem esse lado da história, não somente em Campo Maior, mas no Piauí como um todo, pois a história precisa ser principalmente contada e divulgada, não só como uma curiosidade, ela necessita de representações nos livros didáticos, nos jornais, no cinema.

Ao longo desse tópico pudemos ver que os monumentos são uma mescla da tradição oral, escrita e monumental, e que estes possuem uma relação específica com o espaço e com os sujeitos, transmitindo sempre uma determinada visão da história que pode representar ou não os feitos de um povo.

Os monumentos, como símbolos de poder, pode sim ser uma ótima forma de rememoração capaz de recontar a história, basta apenas que sejam feitos com o real intuito propagar a história dos vaqueiros, roceiros, índios, negros e mulheres que deram a vida pela independência do Brasil. Portanto, é necessário investimento no turismo, na produção de trabalhos acadêmicos sobre a batalha, na produção de materiais didáticos e na construção de monumentos que enfatizem o feito.

2.3 A metamorfose da memória

Ao pensar na Batalha do Jenipapo, lidamos imediatamente com várias memórias de monumentos, de pessoas, de livros, ruas, praças, todas elas são fruto de algum tipo de construção da história que muitas vezes tende a apagar ou sobrepor certas memórias. Entretanto, assim como a cultura, a memória nunca deixa de estar presente em um lugar, por mais invisível que seja, sua presença depende dos olhos de quem a vê.

Assim é a memória da Batalha do Jenipapo, que mesmo sendo invisibilizada durante muitos anos, nunca deixou de existir de outras maneiras, seus mortos permaneceram ali, as pessoas continuaram a contar a história dos combatentes, mesmo que com pouca repercussão, até mesmo em documentos escritos ela permaneceu viva.

No entanto, o que ela não teve foi lugar dentro de uma narrativa que privilegia “grandes personagens” e certos lugares geográficos, cabendo assim a ela um lugar que não diria nem ser secundário, pois para isso precisaria ao menos ter espaço, mas sim um lugar de apagamento e reclusão.

Conforme vimos nos outros tópicos, a memória se forma a partir de uma mescla das tradições, seja ela oral, escrita ou monumental. O que a torna um elemento repleto de facetas e capaz de se alterar de formas inimagináveis ao longo do tempo.

É justamente sobre a transformação da memória, além de sua necessidade de veiculação, que discutiremos, nas páginas seguintes, a forma como a Batalha do Jenipapo se tornou, não só uma história de luta pela independência do Brasil, como também um símbolo de religiosidade e esperança que nem mesmo o discurso ou tempo foi capaz de apagar.

Nesse tópico a discussão se dá através do texto “*Memória social da Batalha do Jenipapo: trilhas e enredos patrimoniais em Campo Maior (PI)*”, das autoras Maria Dione Carvalho de Moraes e Juliana Rodrigues Cavalcante, texto já abordado ao longo do trabalho, mas, por ser muito rico em detalhes, nos dá margem para trabalhar muitos outros aspectos, como é o caso da transformação da memória da Batalha do Jenipapo.

Não se sabe ao certo como a história e os monumentos da Batalha do Jenipapo se tornaram símbolo de fé, superação, heroísmo aliás, seria impossível de qualquer maneira dizer com exatidão um começo. No entanto, é de se notar que a própria forma como a história foi contada pela historiografia tradicional pode ter ajudado a montar essa narrativa, mesmo com a evidente tentativa de apagamento, é possível dizer que a narrativa demarca um lugar de extrema inferioridade as tropas dos homens pobres do Piauí; tornando assim a história quase que uma lenda, um feito heroico produzido por homens que foram corajosos o suficiente para morrer em nome de seu povo, como é possível observar no seguinte trecho:

Falas demarcadas pela ideia de os “inferiores” terem, de alguma maneira, se sobreposto aos “superiores” promovem uma inversão na hierarquia social, em um trabalho da memória que cruza o sertão, sobretudo, Campo Maior (Cavalcante, 2004). Registros historiográficos contam 19 mortos portugueses contra mais de 200 mortos nordestinos. Tais números ajudam a tecer uma narrativa mítica da “luta injusta”, da Batalha como ato heróico, mito histórico-religioso do catolicismo popular fundado na devoção, na fé, sobretudo, no sofrimento (Pompa, 2004) das almas dos combatentes. (CAVALCANTE; MORAES, 2011, p.238)

Como exemplificado no excerto acima, o discurso dos “vencedores” é baseado numa ideia dual que propõe a existência de vencedores e vencidos, o que de certa forma produziu uma leitura que tende a não só inverter essa hierarquia social, mas produzir uma história mítica de braveza e martírio, que é, como mostrado

acima, reafirmada pelos números da narrativa histórica dominante da época, que de forma intencional nos contam uma história em um pequeno espaço de folha.

Ademais, um ponto que as autoras poderiam ter tocado é a ligação dessa visão mítica dos guerreiros da Batalha do Jenipapo com a construção do ideal de homem nordestino como um sujeito forte por natureza, capaz de aguentar a mais triste seca e dificuldades impostas por um “terreno infértil”, uma construção recente, como nos lembra Durval Muniz em “A Invenção do Nordeste” (2011), que foi capaz de inventar toda uma região que antes era apenas filha da seca.

Pensar essa construção do homem nordestino e relacionar com a transformação da memória da Batalha do Jenipapo, principalmente no que se refere ao povo de Campo Maior, pode ser inclusive um bom trabalho de pesquisa, tendo em vista que ambas as narrativas compartilham traços comuns.

Enfim, toda essa gama discursiva produziu uma relação inesperada que, inclusive, pode ser pensada como uma forma de resistência da memória que talvez tenha proporcionado a esse feito a possibilidade de se manter vivo ao longo de todos esses quase 200 anos de “esquecimento” e apagamento.

O sentimento religioso relacionado aos pobres sertanejos do Piauí mortos na Batalha do Jenipapo é algo que é fruto da relação de um povo com sua memória; é uma espécie de memória compartilhada que marca a identidade e a vida de um povo. Segundo Maria Dione Carvalho de Moraes e Juliana Rodrigues Cavalcante, as primeiras lembranças da batalha acompanharam o surgimento, ou talvez a fortificação, de um sentimento religioso:

A história monumental da Batalha do Jenipapo deve um olhar retrospectivo à comemoração do seu centenário, em 1923, quando foi construído no sítio da luta um monumento aos mortos da Batalha, na forma de obelisco. No mesmo local, um cemitério simbólico, com montes de pedras e um crucifixo, à guisa de túmulos, nos lugares onde supostamente os combatentes foram mortos e sepultados. A partir de então, esse território simbólico com imagens cristãs que remetem ao catolicismo popular torna-se lugar de práticas devocionais às “almas do batalhão”, ou seja, os mortos combatentes (Cavalcante, 2004). (Andrade, 2006, p. 71). (CAVALCANTE; MORAIS, 2011, p.235)

Assim como descrito no presente fragmento, os monumentos da batalha, principalmente seu cemitério, se tornaram um lugar de culto de religioso para muitos, dentre eles diversos católicos que fazem promessas aos mortos da Batalha do Jenipapo, um exemplo significativo das múltiplas facetas da memória que tomam

rumos diversos a depender da relação que as pessoas estabelecem com narrativas, lugares, tradições. Exemplos de religiosidade não faltam:

[...] A religiosidade em torno da batalha ela é grande; o povo de Campo Maior e região tem uma mística muito grande de que aquilo dali é uma coisa sagrada. Eles fazem promessas, eles vão pagar. Qual é a maioria das promessas? Eu ouvia muito bem a minha mãe: “- olha, fulano de tal fez uma promessa para as almas do Jenipapo”. E qual é a promessa? Ir a pé e acender velas e voltar e ir para a missa. Então, essas são as promessas mais comuns: ir a pé, ir a uma certa distância. [...] É ir a pé até o monumento, até o cemitério. Então, a história da batalha do Jenipapo ela não é muito contada diferente não. Acho que a maioria das pessoas fazem a contagem dela como ela realmente aconteceu ou suponha que tenha acontecido daquela forma. [...] (Francisco de Paulo da Silva, diretor da Universidade Estadual do Piauí, Campus Heróis do Jenipapo, Campo Maior, 2010). (CAVALCANTE; MORAIS, 2011, p.239)

Os exemplos trazidos por esse relato nos mostram a forte relação que essas pessoas têm com os monumentos e com a história da Batalha do Jenipapo, um sentimento que de forma alguma pode ser desconsiderado pois é dessa relação que surge também uma verdadeira forma de difundir e valorizar o acontecido.

Tendo isso em vista, uma das melhores formas de tornar de fato essa história conhecida é investir em todos esses aspectos que cercam a história da batalha, religioso, monumental, histórico, cultural, criando assim um verdadeiro cenário que leve as pessoas à cidade de Campo Maior. Como é o caso de Juazeiro do Norte e Canindé, no Ceará, lugares que foram promovidos ao ponto de se tornar um símbolo de religiosidade capaz de reunir milhares de romeiros todos os anos.

O aspecto religioso em especial é possível dizer que de fato é algo muito marcante, pois o lugar não é só palco de procissões e rezas, é também um lugar que demarca um forte pertencimento, um lugar sagrado utilizado por homens e mulheres, no decorrer de várias décadas, como seu lugar de descanso.

A reverência ao Cemitério das Almas do Batalhão não se limita às romarias. Tornou-se lugar escolhido como “última morada” por alguns, o que pode ser observado, pela diferenciação de túmulos, no local. São pessoas que morreram depois da Batalha. Ali, quando morreram, pediram para serem enterrados aqui, mas o último que foi enterrado foi em mil novecentos e trinta e dois [1932]. Agora, só vai ser enterrado o Monsenhor Chaves (Antônio Miranda, zelador do Monumento aos Heróis do Jenipapo, Campo Maior, 2006). (CAVALCANTE; MORAES, 2011, p. 240)

Desse modo, é perceptível que a memória da Batalha do Jenipapo nunca esteve morta, a cada pessoa enterrada junto aos corpos dos combatentes, a cada missa e procissão realizada em homenagem aos mortos, ela estava ali sendo construída todos os anos pelo povo que nunca deixou de contar sua história, mesmo

com ela sendo questionada pela narrativa predominante, que prefere repassar a história de uma independência tranquila.

Ao longo desse tópico pudemos ver, por meio do texto “*Memória social da Batalha do Jenipapo: trilhas e enredos patrimoniais em Campo Maior (PI)*”, das autoras Maria Dione Carvalho de Moraes e Juliana Rodrigues Cavalcante, que a memória da Batalha do Jenipapo se configurou de diversas formas como um símbolo de resistência que prevaleceu mesmo com inúmeras tentativas de apagamento, estabelecendo-se até como um monumento religioso capaz de transmitir esperança a inúmeros religiosos que acreditam no poder das almas do Jenipapo e mantém viva a memória de uma batalha que remonta um dos mais importantes acontecimentos do Brasil, a sangrenta guerra de independência que ocorreu também aqui no Piauí: a Batalha do Jenipapo. Luta encabeçada por vaqueiros, negros, indígenas, e agricultores que, com sua coragem, foram a luta mesmo sem armas adequadas e sem treinamento, imbuídos pela vontade de se libertar dos portugueses.

Durante esse capítulo, discutimos, a partir da bibliografia de vários autores, como a Batalha do Jenipapo foi vista ao longo dos anos e como ela foi sendo transformada, tanto no âmbito da escrita, quanto no âmbito da oralidade. Ademais pudemos discutir a forma como alguns autores trabalham de forma diferente o tema e como a Batalha do Jenipapo pode ser ainda um evento muito mais conhecido, sendo, para isso, necessário um investimento que potencialize toda a riqueza que envolve o lugar (principalmente o turismo cultural e religioso), além, claro, da disseminação da história da Batalha do Jenipapo nos livros didáticos e nos círculos acadêmicos. É com esse pensamento que devemos pensar os 200 da Batalha do Jenipapo.

Conclusão

No decorrer deste trabalho discutimos diversas obras de muitos autores que escrevem a respeito da Batalha do Jenipapo, vendo seus principais pontos, problemáticas e abordagens. Tudo pensado a partir de um ponto de vista que busca analisar a relação do acontecido e a construção da memória histórica em torno do evento, no caso o apagamento ou silenciamento desta e a forma como ela vem sendo revista ao longo das últimas duas décadas, de maneira mais latente por assim dizer.

Como visto acima, trabalhamos primeiro com a importância da batalha, ressaltando, através de autores como Abdias Neves, Julia Rodrigues Cavalcante e Jhony Santana de Araújo, o quão grande foi esse feito e como ele merece ser reconhecido como tal pela historiografia, pois, além de ter sido uma batalha sangrenta, foi uma batalha que contradiz a narrativa oficial que coloca no centro da história uma independência pacífica e amplamente aceita.

Justamente o contrário do que foi a Batalha do Jenipapo, uma guerra em que muito sangue foi derramado e que a presença de pessoas pobres do estado do Piauí foi o verdadeiro diferencial, assim como a esperteza desses homens que perderam a batalha, mas venceram guerra.

No segundo momento, versamos sobre a forma como essa narrativa pode ser ainda mais repensada, principalmente nesse momento em que se passou os 200 anos do acontecido. Ao longo do capítulo pudemos ver como a tradição oral foi de vital importância para a perpetuação da história da batalha, pois, diferente da história escrita, que privilegiava a narrativa contada pela elite (uma narrativa que escolhia certos lugares geográficos também), a oralidade não deixou de transmitir a história de um povo.

Para além disso, também tratamos das problemáticas que envolvem a pouca valorização da história, a necessidade de investimento em turismo e a transformação da memória que cerca não só a história em si, mas todo o entorno, como os monumentos, as avenidas, as pinturas espalhadas pela cidade, enfim, todo um conjunto de obras e narrativas que merecia ser valorizada e contada pelo povo do seu estado e pelo seu país, entretanto é necessário investimento, é preciso que a história seja contada nos livros didáticos, que exista uma boa agenda turística e que a religiosidade que envolve o lugar da batalha tenha o espaço que merece.

Portanto, esse trabalho buscou, acima de tudo, propagar a Batalha do Jenipapo em suas diversas dimensões, para que assim possamos pensar cada vez mais em novas maneiras ressaltar nossa história, principalmente a que conta a história de pessoas comuns que por tanto tempo foram apagadas da história e que, hoje em dia, podem ao menos ser reconhecidas, mesmo que indiretamente.

Referencias

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A Invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Johny Santana de. **O combate que decidiu o futuro do Brasil. A batalha do Jenipapo e a consolidação da independência do Brasil no Piauí 1823**. Ciência e Cultura, v. 74, n. 1, p. 1-9, 2022.

ARAÚJO, Johny Santana de. **O PIAUÍ NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA: contribuição para construção do império em 1823**. CLIO : REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA, [s. l.], n. n. 33.2, p. 29-48, fev. 2015 0102-94.

ARAÚJO, Johny Santana de. **O Piauí e a construção da unidade territorial do Império pós-Independência, 1823-1824**. In: (Aut.). Páginas da História do Piauí colonial e provincial. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2020. cap. 4. p. 69-95, ISBN: 978-65-86171-17-4.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **Antigas lutas, novos cenários: a elite piauiense e a independência**. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, v. 20, n. 1, 2002.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. **Campo Maior e a Independência – A Batalha do Jenipapo**. In: Obras completas. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. P. 149-160.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **A batalha do jenipapo no contexto das lutas pela emancipação política no norte do Brasil**. Contraponto, Teresina, v. V. 5, n. n. 2, p. 138-152, jul. 2016.

CAVALCANTE, Juliana Rodrigues. **Memória social da Batalha do Jenipapo: Narradores/as e romeiro/as e o direito à memória e à educação patrimonial no sertão do Piauí**. In: V Reunião Equatorial de Antropologia, 2015, Maceió. Direitos diferenciados, conflitos e produção de conhecimento, 2015.

CAVALCANTE, Juliana Rodrigues; MORAES, Maria Dione Carvalho de. **Da tradição oral da Batalha do Jenipapo e dos diálogos com a política nacional de patrimônio imaterial**. Revista FSA, Teresina, n. N. 8, p. 47-65, 2011. 1806-6356.

DEPUTADOS. CAMARA. **Histórias não Contadas: A Batalha do Jenipapo no Processo da Independência do Brasil**. Brasília, 2014.

Jacques, LE GOFF. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al.]– Campinas (SP): Editora da UNICAMP (1990).

MACHADO, Zethe Viana. **A Batalha do Jenipapo e Sua Importância para a Independência do Brasil**. Revista Direito Militar, 2015. p. 7-12.

MORAES, Maria Dione Carvalho de; CAVALCANTE, Juliana Rodrigues. **Memória social da Batalha do Jenipapo: trilhas e enredos patrimoniais em Campo Maior (PI)**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. V. 47, n. N. 3, p. 232-248, dev. 2011

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. **Homens livres na província do Piauí. In: “[...] cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado”:** terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Recife: UFPE-PE, 2016. p. 88- 147. (Tese de doutorado em História – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CFCH, 2016).

NEVES, **A Guerra do Fidié**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí: Lutas partidárias e a situação da província**. Teresina: Fundapi, v. 4, 2007.

PIAUIHOJE. Senadora ressalta a importância da Batalha do Jenipapo para a independência do Brasil. Disponível em: <http://piauihoje.com/noticias/politica/senadora-ressalta-a-importancia-da-batalha-do-jenipapo-para-a-independencia-do-brasil-51843.html>. Acesso em: 22/08/2022

Porto, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Editora Artenova, 1974.

SILVA, Luis Fernando Oliveira; PEREIRA, Bruno Tiago da Silva; PERINOTTO, André Riani Costa. **A importância do “monumento da batalha do jenipapo” para o desenvolvimento do turismo cultural em Campo Maior/PI**. Revista Turismo Estudos e Práticas: estudos e política, Rio Grande do Norte, v. v.1, n. N. 1, jun. 2012.

SILVA, Rayanne Gabrielle da. **O processo de independência do Brasil na Bahia e no Piauí: guerra, resistência e vitória (1822-1823)**. Contraponto, Teresina, v. V. 6, n. N. 2, p. 61-77, dev. 2017



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, Tiago de Sousa Carvalho Rodrigues,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
A batalha do Jenipapo no Piauí e a independência do
Brasil: história, memória, resistência e articulações
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 27 de outubro de 2023.

Tiago de Sousa Carvalho Rodrigues
Assinatura

Assinatura